

Demagogia Concentrada

O autoritarismo vingou-se, antecipadamente, da consciência democrática brasileira: deixou aberto o Congresso para que a nação fosse testemunha de sua degradação política. Fechado, o Congresso faria muito menos mal ao que restou politicamente para se reconstruir o regime representativo pelo voto. Pelo menos se poderia defender em tese a vantagem de ter o país uma representação política e um Congresso para tomar decisões.

Este Congresso que aí está desautoriza, porém, a defesa do princípio representativo, porque ele só representa os seus próprios interesses, e mais nada. Não foi capaz de justificar sua existência mediante trabalho legislativo, nem ação política. Consumiu um orçamento oneroso e multiplicou despesas extraordinárias apenas para preparar a reeleição de cada um dos figurantes dessa pantomima de extração inferior.

Como era de prever, o Congresso Nacional deixou passar o seu tempo e acumulou uma pauta de iniciativas demagógicas e oportunistas para impingilas à nação mediante a convocação de **esforços concentrados**. A aprovação do projeto que proíbe as chamadas demissões imotivadas é o atestado de óbito da atual representação. Melhor será que não consiga mais reunir-se depois do recesso de julho. Poupará o regime representativo do descrédito final que abre a porta à idéia de que, com o Congresso fechado, a sociedade se livra da tentação de pedir a sua extinção.

É hipocrisia eleitoral essa lei que proíbe **demissões imotivadas**. Os deputados estão fartos de saber que o Presidente da República não tem compromisso com a demagogia: já anunciou que o vetará, como demonstração pública de que não pactua com o farisaísmo de legisladores que querem ficar bem, mas deixando mal o Governo, com uma parcela desavisada do eleitorado. Ou seja: para cavarem votos, os deputados não se envergonham de praticar uma traição ao governo, e de enganar os incautos que não forem capazes de distinguir a farsa. Quem não se lembra de que o patrono dessa demagogia procurou o líder do PDS para levá-lo a participar do engodo, assegurando que o Presidente vetaria o projeto? Deu o veto em garantia da demagogia. Pois esse mesmo deputado Pimenta da Veiga — quem não se lembra? — resistiu enquanto pôde à candidatura Tancredo Neves. Enrriquecido no grupo **só diretas** e, valorizou ao máximo a mudança de posição. Acabou contemplado com a própria liderança da maioria na Câmara.

Cesteiro que faz um cesto faz um cento. Não tendo contribuição à causa da democracia, o Congresso passou ao contrabando: projetos que lhe permitam cobrar votos dos eleitores pela mercadoria que jamais chegará ao destinatário. Quem assim procede merece ser considerado representante político? O deputado Pimenta da Veiga e todos os que concorreram para aprovar esse esforço demagógico concentrado não perceberam que serão desmascarados pela inviabilidade da iniciativa. O Presidente teve a coragem de anunciar o seu veto, e não lhe faltará o senso de honra para cumprir o que prometeu.

Quem sabe e pode dizer se um empregado é ou não útil é a própria empresa. Se o empregado é trabalhador, honrado e eficiente, a empresa será a maior interessada em mantê-lo. Além da demagogia, a falta de palavra, a incapacidade de cumprir compromissos, a ausência do sentimento de honra: as lideranças do Congresso se comprometeram de todas as formas em não cometer desatinos. Mas a palavra empenhada foi esquecida. É assim que essa representação pretende pedir o voto para voltar? O Congresso é hoje uma casa de interesses pessoais e de traições morais. Sabiam os congressistas que o Presidente Sarney vetaria o projeto das demissões imotivadas — quando nada — para afastar os motivos que apressam a demissão moral do Congresso. As bancadas e lideranças que deveriam dar cobertura ao Executivo — por um elementar dever de lealdade política — não fizeram cerimônia em deixar o ônus do veto ao Presidente Sarney, para faturarem em causa própria. Que classificação merece — moral e politicamente — quem assume um compromisso e o trai?

Outro ato de traição à palavra empenhada foi a aprovação do piso de seis salários mínimos para jornalistas. Pensam por acaso beneficiar a quem prejudicam? As empresas vão simplesmente descartar a oferta de oportunidade aos recém-formados e iniciantes sem experiência profissional. Fecham a primeira oportunidade de emprego na suposição de garantir as simpatias dos excedentes do mercado de trabalho. A demagogia pensa que vê mais longe, mas na verdade só enxerga o seu irrealismo esquizofrênico.

Toda a safra de aprovações feitas sob o **esforço demagógico concentrado** é moralmente nula e legalmente perniciosa. Se esses parlamentares supõem que estão trabalhando em proveito de sua reeleição, enganam-se redondamente: estão contribuindo para desmoralizar as eleições de 15 de novembro, nas quais o Brasil vinha depositando as suas melhores expectativas democráticas. Erodindo a credibilidade das eleições, contribuem para encurtar a sua própria vida política. Se não for nesta campanha, poderá ser no exercício do próprio mandato que consigam por tais meios.

Com a desfaçatez de sobrepor ao interesse público os seus pequenos interesses eleitorais, os deputados estão fazendo o enterro simbólico do Congresso e — o que é mais grave — atraindo a indignação de uma sociedade que não aceita esse procedimento e pode chegar a pedir o enterro real. A dose de demagogia e o despudor são uma receita universal infalível para a desmoralização de qualquer Congresso. A carga de interesses ilegítimos despejada sobre a nação vai propiciar uma onda de protestos contra ao Congresso que, fechado, não faria tanto mal.

É esta a vingança retardada do autoritarismo: sentir que a nação preferia ver fechado, por insolvência moral, um Congresso que envergonha os eleitores.